

CAPÍTULO II - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO E OS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO, PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

1 - ORÇAMENTO AUTORIZADO

O Orçamento Geral da União referente ao exercício financeiro de 2002 tem seus valores consignados na Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002, com as receitas estimadas em R\$ 650.410 milhões e as despesas fixadas em igual montante e contemplam os seguintes orçamentos da União:

- a) Orçamento Fiscal: incluídos os Poderes da União, os Órgãos e Entidades, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pela União. Compreende, também, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento;
- b) Orçamento da Seguridade Social: incluídos todos os Órgãos e Entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Inclui, também, os demais projetos ou atividades não integrantes do programa de trabalho dos Órgãos e Entidades acima relacionados, mas que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social; e
- c) Orçamento de Investimento representado pelo Orçamento de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O conceito de Gestão no que se refere à execução das despesas da União, no SIAFI, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial dos Órgãos que compõem a Lei de Meios contempla todos os Órgãos e Entidades que compõem o Orçamento, com o objetivo de demonstrar toda a abrangência da Administração Pública Federal.

A Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é, portanto, a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) e Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) que integram a Lei do Orçamento da União.

Do total de R\$ 650.410 milhões consignados no Orçamento Geral da União, R\$ 421.573 milhões referem-se às fontes do Tesouro Nacional, 64,8% e R\$ 8.369 milhões a outras fontes, 1,3%, estas englobando as Entidades da Administração Indireta, inclusive as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Incluem-se também como Recursos do Tesouro, R\$ 220.468 milhões, correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao Refinanciamento da Dívida Pública Federal, 33,9%, interna e externa, inclusive a mobiliária, sendo a totalidade relativa às Operações de Crédito Internas.

Na composição do montante acima indicado, tem-se R\$ 483.357 milhões relativos ao Orçamento Fiscal, sendo que, deste, R\$ 220.468 milhões destinados ao refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, e R\$ 167.053 milhões relativos ao Orçamento da Seguridade Social.

TABELA II.1 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2002 – FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões			
RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	331.974	5.944	337.918
Receita Tributária	108.465	28	108.493
Receita de Contribuições	187.514	578	188.092
Receita Patrimonial	10.652	1.047	11.699
Receita Agropecuária	2	22	24
Receita Industrial	114	254	368
Receita de Serviços	13.450	3.204	16.654
Transferências Correntes	130	125	255
Outras Receitas Correntes	11.647	686	12.333
RECEITAS DE CAPITAL	310.067	2.425	312.492
Operações de Crédito	284.362	1.464	285.825
Alienação de Bens	3.721	627	4.348
Amortização de Empréstimos	9.103	327	9.430
Transferências de Capital	57	7	64
Outras Receitas de Capital	12.824	-	12.824
	642.041	8.369	650.410

FONTE – Lei n.º 10.407 de 10/01/2002

(1) - Orçamento Fiscal: R\$ 492.925 milhões / Seguridade Social: R\$ 149.116 milhões

(2) - Orçamento Fiscal: R\$ 7.654 milhões / Seguridade Social: R\$ 715 milhões.

TABELA II.2 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2002 - FISCAL

R\$ milhões			
RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	182.871	5.229	188.100
Receita Tributária	108.324	28	108.352
Receita de Contribuições	42.782	119	42.901
Receita Patrimonial	10.139	1.036	11.175
Receita Agropecuária	2	21	23
Receita Industrial	114	215	329
Receita de Serviços	12.994	3.010	16.004
Transferências Correntes	129	126	255
Outras Receitas Correntes	8.387	674	9.061
RECEITAS DE CAPITAL	310.053	2.425	312.478
Operações de Crédito	284.362	1.464	285.826
Alienação de Bens	3.708	626	4.334
Amortização de Empréstimos	9.103	327	9.430
Transferências de Capital	57	7	64
Outras Receitas de Capital	12.824	-	12.824
TOTAL	492.925	7.654	500.579

FONTE – Lei n.º 10.407, de 10/01/2002

TABELA II.3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2002 – SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	149.103	715	149.818
Receita Tributária	141	-	141
Receita de Contribuições	144.732	459	145.191
Receita Patrimonial	512	12	524
Receita Industrial	-	39	39
Receita de Serviços	457	193	650
Transferências Correntes	1	-	1
Outras Receitas Correntes	3.260	12	3.272
RECEITAS DE CAPITAL	13	-	13
Alienação de Bens	13	-	13
TOTAL	149.116	715	149.831

FONTE –Lei n.º10.407, de 10/01/2002

TABELA II.4 -LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO- RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2002 – FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	326.962	4.342	331.304
Pessoal e Encargos Sociais	67.539	959	68.498
Juros e Encargos da Dívida	58.443	10	58.453
Outras Despesas Correntes	200.981	3.374	204.355
DESPESAS DE CAPITAL	308.673	3.540	312.213
Investimentos	16.469	1.181	17.650
Inversões Financeiras	14.938	1.927	16.865
Amortização da Dívida	277.266	432	277.698
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.406	487	6.893
TOTAL	642.041	8.369	650.410

FONTE –Lei n.º 10.407, de 10/01/2002

As dotações para as despesas da União, consignadas no Orçamento inicial, foram distribuídas por esferas e estão demonstradas nas Tabelas II.5 e II.6.

TABELA II.5 -LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO- RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2002 - FISCAL

R\$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	167.881	3.500	171.381
Pessoal e Encargos Sociais	33.118	661	33.779
Juros e Encargos da Dívida	58.261	8	58.269
Outras Despesas Correntes	76.502	2.831	79.333
DESPESAS DE CAPITAL	301.289	3.505	304.794
Investimentos	13.317	1.148	14.465
Inversões Financeiras	10.995	1.927	12.922
Amortização da Dívida	276.977	430	277.407
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.406	487	6.893
TOTAL	475.576	7.492	483.068

FONTE – Lei n.º 10.407, de 10/01/2002

TABELA II.6 -LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO- RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2002 – SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	159.081	842	159.923
Pessoal e Encargos Sociais	34.420	298	34.719
Juros e Encargos da Dívida	182	1	183
Outras Despesas Correntes	124.479	542	125.021
DESPESAS DE CAPITAL	7.384	35	7.419
Investimentos	3.152	33	3.185
Inversões Financeiras	3.943	-	3.943
Amortização da Dívida	289	2	291
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-		
TOTAL	166.465	887	167.342

FONTE – Lei n.º 10.407, de 10/01/2002

1.1 - Créditos Suplementares Abertos

É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, para suplementação de dotações consignadas:

I - a cada subtítulo, até o limite de dez por cento de seu valor total, mediante a utilização de recursos provenientes:

- da anulação parcial de dotações , limitada a dez por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;
- da reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados.

II – aos grupos de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo, sendo a suplementação limitada a vinte por cento da soma das dotações;

III- para atendimento de despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, mediante a utilização de recursos provenientes:

- da reserva de contingência;
- da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo;
- da anulação de dotações consignadas para esta finalidade em outra unidade orçamentária.

IV- para o atendimento de despesas com juros e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou à amortização da dívida na mesma unidade orçamentária, obedecidas as vinculações previstas na legislação vigente;

V- para o atendimento de despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou ao pagamento de juros e encargos da dívida na mesma unidade orçamentária;
- b) do excesso de arrecadação de receita do Tesouro nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- c) do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2001, nos termos do art. 43, § 2º, da lei nº 4320, de 1964, observado e demonstrado previamente o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VI - para o atendimento de despesas com o cumprimento do disposto no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 /09/ 1996, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 /07/2000, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VII - para o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas a esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder e do Ministério Público;

VIII - para o atendimento de benefícios a servidor público admitido no exercício de 2002, mediante a utilização de recursos alocados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no GND “Outras Despesas Correntes” do subtítulo “Pagamento de Pessoal Decorrente de Provimientos por Meio de Concursos Público no âmbito do Poder Executivo – Nacional”;

IX - a subtítulos nos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta Lei, mediante utilização de recursos decorrentes de variação monetária ou cambial relativas a essas operações;

X - para o atendimento de despesas, no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com as mesmas ações em execução no ano de 2001, mediante a utilização do respectivo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observados os saldos orçamentários dos respectivos subtítulos aprovados no exercício anterior;

XI- a subtítulos aos quais possam ser alocados recursos oriundos de doações e convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo.

§ 1º Na utilização dos recursos para suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no art. 40, § 8º, da lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

Art. 5º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 1964, destinados:

- a) a transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;
- b) aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro- Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 /09/ 1989; e
- c) ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do § 1º do art. 239 da Constituição.

Para alcançar o valor necessário ao cumprimento da execução orçamentária do exercício, a União utilizou como suporte para abertura de créditos a autorização emanada dos instrumentos legais, constantes dos Demonstrativos de Créditos Autorizados, que se encontram como Anexos do presente Relatório.

O montante líquido suplementado, após compensados os acréscimos e as reduções, atingiu a cifra de R\$ 58.520 milhões e foram abertos e ou reabertos nos seguintes tipos de créditos:

TABELA II.7 – CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS/REABERTOS
UNIÃO - 2002

	R\$ milhões
(+) Créditos Suplementares	27.003
(+) Créditos Especiais	1.504
(+) Créditos Extraordinários	28.191
(+/-) Cancelamento/Remanejamento	1.822
Suplementação Líquida	58.520

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

1.2 - Créditos Especiais e Extraordinários Abertos

Os créditos especiais e extraordinários autorizados por leis específicas, e abertos e reabertos por decretos do Poder Executivo, alcançaram o montante líquido de R\$ 29.695 milhões, consoante as autorizações publicadas no Diário Oficial da União. Valores diferentes desses encontram-se registrados nas contas específicas de crédito especial, no SIAFI, devido a utilização inadequada de eventos, por parte da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério de Planejamento e Gestão, quando da edição das fitas de autorizações orçamentárias encaminhadas a STN. Os Órgãos contemplados com os referidos créditos e a composição desses valores encontram-se dispostos em anexos, ao final da Parte I do Relatório.

1.3 - Orçamento de Investimento

O Orçamento de Investimento está disposto no Volume IV com os respectivos comentários. Trata-se das demonstrações da execução orçamentária dos recursos alocados por empresa.